“PARAMETROLOGIA 1”: Uma nova maneira empírica de embasar as ciências humanas para refutar velhas teorias e ideologias racionalistas

 Desde que Antoine Louiz Claude Destutt De Tracy criou o termo ideologia para se referir ao estudo das ideias, ele veio adquirindo novos significados até se consolidar, momentaneamente, nas definições marxista e fascista conhecidas atualmente.

 Marx conferiu ao termo uma conotação negativa em razão do momento histórico no qual estava inserido o que não deixou de ser uma atitude eficiente para aquela época, pois possibilitou a verbalização dos sentimentos e anseios coletivos então vigentes e com isso produziu a motivação necessária à ação voltada para um propósito comum. Sem a concepção que divide a sociedade entre “nós e eles” ou entre “os enganadores e os enganados”, o sentimento de resignação da maioria não se converteria em ressentimento, raiva e ódio capazes de desencadear a ação necessária a uma revolução social. Portanto, Marx foi mais um psicólogo de massas do que um filósofo.

 Entretanto, se para ele o termo ideologia só tinha uma conotação negativa por ser entendido como uma proposta secular para se manter a dominância, em contrapartida, admitindo-se ou não, o pretenso esclarecimento dos proletários resultou na criação da ideologia dos dominados. Talvez essa tenha sido a melhor alternativa naquele período o que não significa que a mesma possa se dar nos tempos atuais.

 Com relação à ideologia fascista, vemos que ela usa os mesmos métodos de persuasão da ideologia marxista porque também tem a proposta de converter o sentimento passivo de resignação e frustração da população em sentimento ativo de raiva, ressentimento, ódio e orgulho. Contudo difere, significativamente, por ser uma ideologia que não se baseia na fomentação da ideia de “divisão de classes” como o marxismo mas, sim, na fomentação da ideia de “povo excluído e prejudicado pelos acordos internacionais estabelecidos pelos vencedores da primeira guerra mundial”. Como consequência, o fascismo não é contrário à propriedade privada mesmo que advogue, tal qual o marxismo, a forte presença do Estado. Além disso grande parte das ideias presentes no fascismo provêm da ideologia darwinista mais conhecida como darwinismo social a qual também serviu de suporte à continuidade das ações imperialistas – praticadas há séculos – porque supostamente apresentava um fundamento científico. Assim, o ato de invadir, pilhar, conquistar, estuprar, destruir culturas, subjugar povos e raças, tão corriqueiro na história, passou a ser visto de uma forma mais aceitável por ser entendido como uma consequência inevitável da lei “cientificamente comprovada” da seleção natural que impõe a sobrevivência “dos mais aptos e fortes” e o perecimento e capitulação “dos menos aptos e fracos”. Mussolini ao invadir a Abissínia, atual Etiópia, não pretendia outra coisa a não ser se apossar do quinhão de negros, classificados como uma raça inferior, que o povo italiano teria direito por se considerar parte da “elite de raças e povos superiores e mais aptos”. Quer se admita ou não, a ideologia darwinista esteve e está presente na base de todas as ideologias fascistas seja na Itália, Alemanha, Espanha de Franco, etc.

 Marx ao perceber que a estratégia de embasamento “científico” estava surtindo efeito para o imperialismo, entendeu que também havia a necessidade de dar um embasamento “científico” ao socialismo que até então era considerado utópico. No entanto, não recorreu à ideologia darwinista por ser incompatível com os seus ideais de igualdade social. Em sua correspondência com Engels ambos fazem duras críticas ao darwinismo das quais se destaca a conclusão de que Darwin interpretou a natureza conforme a sociedade de sua época e depois restituiu esta interpretação à sociedade o que convinha aos interesses imperialistas não compartilhados por eles.

 Ao que tudo indica, muitos dos princípios ideológicos que inspiraram o anarquismo, o socialismo e o marxismo já estavam presentes nas doutrinas cristãs primitivas. Vemos, por exemplo, no Novo Testamento em Mateus 19.21: “Disse-lhe Jesus – se queres ser perfeito vai, vende os teus bens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu, depois vem e segue-me”. A seguir encontramos também em Mateus 19.23,29: “Então disse Jesus a seus discípulos – Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus”. “E todo aquele que tiver deixado casas ou irmãos ou pai ou mãe ou mulher, ou filhos ou campos por causa do meu nome, receberá muitas vezes mais e herdará a vida eterna”. Em Atos 2.44,45 é descrito o modo de viver dos convertidos e que hoje seria considerado como o de uma pequena comunidade comunista: “Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum”. “Vendiam as suas propriedades e bens distribuindo o produto entre todos à medida que alguém tinha necessidade”. Clemente de Alexandria que foi um dos primeiros padres do cristianismo também defendeu a divisão das riquezas entre os homens com a condição de que fosse feita por vontade própria.

 Voltando ao aspecto “científico” do socialismo de Marx, verificamos que ele parte de uma análise dos acontecimentos históricos para chegar à conclusão de que toda história da sociedade, até aquele momento, se resumia na luta de classes tendo por um lado os opressores e do outro os oprimidos ou então – quando se trata de questões laborais – por um lado os exploradores e do outro os explorados.

 Segundo Marx, para manter essa configuração dualista os opressores que também são os detentores do poder e da infraestrutura econômica estabelecem e institucionalizam as ideias jurídicas, políticas, artísticas, morais, filosóficas, religiosas, etc. que irão influenciar e convencer os oprimidos a aceitar a sua condição social sem revolta ou resistência. Portanto tais ideias ou superestrutura conforme ele denominou seriam instrumentos de alienação e o trabalho o instrumento mais efetivo de todos porque mantem o operário num estado de transe e de necessidade constante devido à baixa remuneração. Para sustentar esse argumento ele criou a teoria da mais-valia que é o produto do trabalho do operário não pago pelo capitalista mais conhecido como lucro. Na concepção de Marx se um operário trabalha oito horas, isso significa que em quatro horas ele foi capaz de criar os produtos suficientes para pagar o seu salário. Assim, nas quatro horas restantes ele cria os produtos que o capitalista não paga e é o que ele chama de mais-valia. A mais-valia, entretanto, não é consumida pelo capitalista e sim reinvestida para que ele possa melhorar a produtividade e continuar no negócio. Porém, essa melhora da produtividade, geralmente, é alcançada através da substituição dos operários por máquinas o que aumenta a mais-valia e o acúmulo de capital fazendo com que a riqueza também fique concentrada nas mãos de um menor número de capitalistas que sobrevivem à concorrência. Desta forma cresceria a miséria o que tornaria inevitável a revolução do proletariado.

 Marx não dá esclarecimentos sobre como a ditadura do proletariado, cuja finalidade é a de concentrar todos os meios de produção e propriedades nas mãos do Estado, dará origem à sociedade comunista sem classes sociais, sem divisão do trabalho, sem alienação e acima de tudo sem Estado. Também não esclarece como é que as pessoas – cientes, através da experiência interativa, da sua condição inata de desigualdade física, emocional, intelectual, motivacional, etc. – serão convencidas, sem o uso da força e da violência, a se manterem em um estado de igualdade ilusória. O que Marx não entendeu ou talvez tenha entendido tardiamente já que fala pouco sobre o comunismo, é que a desigualdade entre os homens existiu, existe e existirá sempre por ser uma regra natural. O erro está na enormidade que é dada à desigualdade no estado social a qual está muito acima dos determinismos naturais de desigualdade presentes na nossa espécie. Em vez de propor um estado de igualdade que vai contra a nossa natureza, ele deveria ter proposto um estado de desigualdade social com base nos parâmetros de desigualdade natural presentes em nossa espécie.

 O segundo erro crasso de Marx que faz parte do seu “socialismo dito científico” é a rejeição à propriedade privada. Na verdade antes de Marx, Proudhon condenou a propriedade mas não a propriedade propriamente dita e sim a propriedade na forma de trabalho que pertence ao trabalhador e da qual, segundo ele, o capitalista se apropria para obter renda sem trabalho. É nesse sentido que devemos entender quando ele diz que a propriedade é furto. Mesmo porque, Proudhon não era a favor nem do capitalismo e nem do comunismo. Marx, ao contrário rejeitava a propriedade privada e disse que esta deveria ser confiscada pelo Estado. O que ele não considerou é que quem nega a propriedade privada, por extensão, está negando a própria condição inata de autopertencimento. Se ele tivesse analisado a questão a fundo sem se deixar levar pelas ideias de sua época, entenderia que a primeira noção de propriedade se dá através da sensação ou – conforme minha denominação própria – consciência orgânica. Então sentir-se é identificar-se. A segunda noção de propriedade é desencadeada pela necessidade que se manifesta à consciência orgânica ou organoconsciência e que nos leva a alimentar. Por outras palavras isso significa que necessitamos de outras propriedades ou exopropriedades orgânicas para transformá-las em nós mesmos e para continuarmos sendo nós mesmos. A terceira noção de propriedade resulta da autoconsciência que faz com que reconheçamos até onde nos sentimos e até onde somos nós mesmos. Portanto a autoconsciência, dentre outras coisas, nos faz saber dos limites de nosso corpo. Isso quer dizer que cada um é ele mesmo e se pertence até onde se sente e até onde se reconhece como extensão corporal ininterrupta. No caso dos portadores da Síndrome de Riley-Day, que são pessoas que não sentem dor, eles só podem reconhecer o seu próprio limite através da constatação da continuidade corporal. A quarta noção de propriedade provêm da autonomia pois se o autopertencimento é inato, a autonomia é adquirida gradativamente e se dá quando o sujeito é capaz de manter a sua propriedade corporal, que de fato é ele mesmo, sem o auxílio de seus progenitores. Finalmente a quinta noção de propriedade decorre da necessidade de se produzir, continuamente, as exopropriedades orgânicas com o intuito de satisfazer e preservar as nossas propriedades orgânicas individuais. Tal propriedade ou exopropriedade inorgânica é quase sempre constituída pelas terras, indústrias, utensílios, etc. A necessidade de apropriação e de delimitação das exopropriedades inorgânicas, a princípio, não deve ter sido uma necessidade imperativa como era e continua sendo a necessidade de apropriação das exopropriedades orgânicas mas acabou se tornando, durante a constituição da sociedade, porque para produzir é necessário despender uma certa quantidade de energia na forma de trabalho e como somos naturalmente desiguais, essa desigualdade também se manifesta na disposição para trabalhar. Assim, enquanto uns trabalhavam muito e produziam muito, outros trabalhavam pouco e produziam pouco ou, então, não trabalhavam e nem produziam. Acontece que no momento da distribuição do que foi produzido, apesar das necessidades quantitativas e qualitativas individuais não serem as mesmas, todos queriam uma parte e se não conseguiam provavelmente roubavam o que se tornou inaceitável. Portanto, a apropriação e delimitação da exopropriedade inorgânica foi uma consequência natural e inevitável do estado social ampliado e é o que também pode ter levado à divisão das qualidades humanas em compatíveis e incompatíveis com esse estado, mais conhecidas como virtudes e vícios.

 O que Marx não percebeu é que a história da humanidade não é a história de lutas de classes mas, sim, da interação de indivíduos que na busca daquilo que consideram o próprio bem (em dado momento, lugar e circunstâncias), em razão de um estado mental decorrente de fatores congênitos, culturais, econômicos, educacionais e situacionais, dão vazão às qualidades (boas ou más) que potencialmente carregam em si e que lhes parecem mais favoráveis.

 A revolução do proletariado teria acontecido mesmo sem o marxismo porque foi uma reação à ganância e à exploração que se transformaram nas qualidades predominantes da classe empresarial daquele período. Marx deu apenas uma direção ao movimento reacionário que foi, por sinal, uma direção errada. No pensamento dele se a classe de capitalistas do seu tempo mostrava-se gananciosa e exploradora, isso, significava que estas eram características do próprio sistema capitalista e não qualidades dos homens de então, que foram exacerbadas por um estado mental gerado pelas doutrinas institucionalizadas (ideologias) da época. Se tivesse entendido isso, não teria contestado o capitalismo antes de tentar criar um capitalismo baseado nas ideologias democráticas. Então, em vez de exortar os proletários a se unirem conforme fez no manifesto comunista, tê-lo-ia que exortá-los a adquirirem outras habilidades e conhecimentos ou a reduzir o seu número através do controle de natalidade com o intuito de diminuir a oferta de mão de obra e aumentar a sua procura. Em resumo, o marxismo é uma ideologia econômica, transformada em ideologia político-social ao passo que o capitalismo é uma ideologia econômica que vem se modificando e aprimorando graças às ideologias democráticas. Por isso o fim da Guerra Fria não pode ser considerado como uma vitória do capitalismo mas da ideologia democrática presente no mesmo.

 Dando voz ao contraditório, alguns poderão argumentar que em países como a China o capitalismo se desenvolveu mas a democracia não e a China continua sendo um país de ideologia comunista assim como Cuba. Para o bem da verdade o que se pode dizer é que o comunismo, propriamente, nunca saiu do papel. A China que vinha aplicando a ideologia político-econômica marxista à sociedade, depois da abertura econômica, deixou de aplicá-la pois hoje é permitida a propriedade privada e o governo já não é tão assistencialista quanto deveria ser caso tivesse se mantido fiel aos princípios marxistas. O que permanece, tanto no sistema chinês de governo quanto no de Cuba e, que é uma característica não só dos governos marxistas quanto dos governos fascistas, é o autoritarismo. No entanto conforme já disse há pouco, o capitalismo, atualmente, carrega o gérmen das ideologias democráticas o que significa que com ou sem o consentimento dos ditadores a democracia já se infiltrou.

 Se nos tempos modernos, posteriores à segunda guerra mundial, o capitalismo tem sido a ideologia que tem o papel de preparar o caminho, em vários países, para a ideologia democrática, alguns séculos antes esse papel era quase sempre desempenhado pelas ideologias religiosas diferindo apenas pelo fato de que abriam caminho para as ideologias imperialistas e para o autoritarismo. O cristianismo, por exemplo, começou como uma doutrina dissidente do Judaísmo, sofreu inúmeras perseguições até ser legalizado pelo imperador Constantino. Contudo, só se propagou de modo mais efetivo quando foi declarado religião estatal única durante o governo do imperador Teodósio I. Em detalhes isso significa que o cristianismo só foi institucionalizado – que é o mesmo que dizer que foi convertido em ideologia a serviço do Império (Estado) – porque apresentava um ideário compatível com os interesses de Teodósio.

 Considerando-se o que foi dito, fica evidente que qualquer ideário pode ser transformado em ideologia desde que seja institucionalizado. E apesar de muitas ideologias terem um ideário com propósitos de dominação, como afirmou Karl Marx e tem sido confirmado ao longo de certos períodos da história, não podemos dizer que a capacidade humana de criar ideologias está restrita aos ideários de dominação e exploração. Pensando assim faz-se necessário conferir uma nova e mais abrangente definição ao termo ideologia a qual poderia ser a de um **sistema de ideias institucionalizadas capaz de produzir um estado mental** **de crença motivador da ação humana para se auferir determinado propósito de natureza social**. Dentro dessa definição e quanto à proposta social as ideologias podem ser classificadas em excludentes (segregativas) ou includentes (unitivas); quanto à capacidade de convencer pode ser elevada, moderada ou baixa; quanto à produção de resultados podem ser eficientes ou ineficientes; quanto ao ideário esse pode ser bem definido (claro) ou indefinido (vago), mais propenso à equivocidade ou menos propenso à equivocidade. Com base nesses critérios podemos dizer que ideologias excludentes como o marxismo, fascismo, nazismo, imperialismo, etc., possuem ideários bem definidos mas mais propensos à equivocidade justamente por serem excludentes. Entretanto foram eficientes na produção de resultados porque apresentam uma elevada capacidade de convencimento se o momento histórico for propício.

 Embora o cristianismo seja uma ideologia includente – por apregoar o perdão, a compaixão, a sujeição, a mansidão e o amor incondicional como vemos em Lucas 6.27,29 “Amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que te odeiam”. “Ao que te bate numa face oferece-lhe também a outra e ao que tirar a tua capa deixa-o levar também a túnica”. Depois em Lucas 10.27 “Ame o seu próximo como a si mesmo”, etc. – a inclusão e aceitação descriteriosa do indivíduo só foi favorável ao interesse dos poderosos pois viram aí uma oportunidade para procederem como bem lhes conviesse uma vez que se se tornassem os inimigos, os odiadores, os que batem na face e tiram os pertences, mesmo assim, seriam perdoados e aclamados. Fica fácil, portanto, entender porque o cristianismo foi institucionalizado e porque se difundiu tão rapidamente. É bem provável que os primeiros cristãos não tinham a intenção perversa que tomou conta do cristianismo em alguns dos séculos posteriores. Eram apenas homens ingênuos, simples e idealistas, movidos por um entusiasmo contagioso e que falavam às pessoas que apresentavam estas mesmas qualidades ou similares.

 Atrelado ao Império Romano em razão da astúcia de Teodósio, o cristianismo foi se distanciando de sua ingenuidade primitiva, perdendo a sua inconsistência (vagueza) conceitual e, gradativamente, transformando-se em ideologia estatal o que melhorou significativamente a sua eficiência na produção de resultados. Daí o motivo de tantas guerras santas, da inquisição e dos diversos cismas. O “próximo” que antes era qualquer pessoa, passou a ser aquele que então estava de acordo com as versões católico romanas, católico ortodoxas e protestantes do cristianismo estatizado.

 Obviamente se não fosse assim, o cristianismo teria sucumbido porque além da vagueza o ideário também possui incongruências e equívocos. Na prática, por exemplo, não há como perdoar um malfeitor reiteradas vezes, como o mítico Jesus recomenda a Pedro em Mateus 18.21,22, sem alimentar a malevolência do mesmo a qual vai contra a proposta inicial que é a de tornar os homens mais benevolentes. Não há como afirmar o bem sem se posicionar contra o mal sendo que o perdão tende a multiplicar o mal enquanto que a punição tende a inibi-lo. Porém para que isso se cumpra de forma justa, há que se encontrar uma definição do mal que seja satisfatória para todos independente da época. Os poderosos, no entanto, entenderam o mal como aquilo que contrariava os seus interesses. Então se o cristianismo possibilitava a manipulação do povo em prol dos seus interesses isso significava que o cristianismo não era mau. Provavelmente foi esse entendimento que levou Constantino a legalizá-lo e consequentemente a por um fim à perseguição que os cristãos vinham sofrendo. Também há a máxima do antigo testamento encontrada em Tobias 4.15 “Não faças aos outros o que não queres que eles te façam a ti” e que Jesus em Lucas 6.31 repete diferenciando apenas na construção da frase onde o imperativo negativo é trocado pelo imperativo afirmativo: “Como quereis que os homens vos façam, assim fazei-o também a eles”. Essa frase – que tanto encanta as pessoas – como o filósofo Kant já expôs “não pode servir de diretriz ou de princípio pois o criminoso poderia, baseado nessa razão, argumentar contra o juiz que o condena 2”. Ou seja: se os juízes não querem ser punidos então não deveriam punir os criminosos. Complementando o que Kant disse podemos imaginar um outro exemplo onde um suicida, que não tivesse coragem de se matar, poderia dar cumprimento a esse mandamento tirando continuamente a vida de outras pessoas até que alguém se dispusesse a tirar a sua. Um segundo ponto frágil da máxima e que demonstra novamente a tendência à vagueza conceitual é que a advertência sobre o que não se deve fazer, não traz consigo a consequência para o caso em que seja feito.

 Outra ideologia que tem se alastrado pelo mundo e que inclusive já ultrapassou a facção católica romana da ideologia cristã, no que se refere ao número de adeptos, é o islamismo. Alguns atribuem esse fato ao maior número de filhos que os muçulmanos têm o que é somente parte da resposta porque não explica os motivos que os fazem se sentirem mais encorajados e dispostos, do que os católicos, a terem esse maior número de filhos já que esse incentivo se encontra nos mandamentos de ambas religiões. Um desses motivos seria a simbiose mantida entre o islamismo e o Estado, na maioria dos países muçulmanos, a qual foi parcialmente rompida em quase todos os países católicos fazendo com que o catolicismo perdesse sua condição de ideologia religiosa de Estado. Entretanto há um outro motivo mais relevante que é o compromisso com o dever expresso nos preceitos do Alcorão, na Suna, na Xaria e nos rituais de recitação obrigatória das cinco orações. Pode à primeira vista não parecer grande coisa mas, práticas ritualísticas regulares em grupo criam disciplina, aumentam o ânimo, fortalecem os vínculos entre os homens o que conduz a um maior compromisso com a continuidade da sociedade, a qual se pertence, através da reprodução. Por mais paradoxal que pareça, essa ênfase dada ao dever tem sido a grande responsável pela conversão de muitas pessoas do Ocidente ao islamismo pois o dever cria um propósito na mente do sujeito que o faz se sentir útil e integrado à comunidade.

 Em termos classificatórios o islamismo é uma ideologia segregativa tão convencível quanto o catolicismo contudo, mais eficiente porque possui um ideário mais definido e rígido.

 Resumidamente o que se pode depreender dos exemplos citados é que toda ideologia tenta definir o que são deveres e o que são direitos e então relacioná-los para estabelecer algum tipo de proposta para a condução da sociedade. A razão da existência de uma multiplicidade de ideologias versando sobre as diferentes formas de se estabelecer os direitos e os deveres deve-se ao embasamento racionalista do pensamento em detrimento do embasamento empirista. Por isso é que a equivocidade é a característica predominante em todas elas apesar de não ser correto afirmar que todas estão cem por cento equivocadas porque isso seria o mesmo que admitir que a razão não se fundamenta em nenhum critério empírico. Na verdade algum critério empírico sempre existe pois não há experiência individual, por mínima que seja, que se dê sem os sentidos. O problema surge quando um conjunto restrito de conclusões empíricas é universalizado devido aos preconceitos ou à imaginação.

 A constatação empírica de Marx de que alguns homens são exploradores e outros explorados não é suficiente para se estabelecer a generalização de que todas as sociedades se dividem entre exploradores e explorados. Do mesmo modo as nossas conclusões empíricas de que todo efeito deriva de uma causa ou de várias causas não nos capacitam a afirmar que o Universo teve uma causa dita absoluta, a qual foi denominada de Deus, porque tal conclusão não está presente em nenhuma de nossas experiências sendo, portanto, uma extrapolação imaginária de conteúdo desiderativo. O máximo que podemos afirmar é que o Universo como coisa existente deve ser o efeito de outra ou de outras causas que também é ou são o efeito de outra(s) causa(s) existente(s) e assim sucessivamente. Se submetemos nosso intelecto à natureza e à experiência não podemos admitir a existência de uma causa singular (incriada) sem ao mesmo tempo renunciar a este submetimento, mesmo que seja de forma parcial, pois tal renúncia já é causa suficiente para nos induzir ao erro. Àquele que se submete se lhe perguntarmos sobre a origem do Universo, certamente, dirá com toda a humildade: “Eu não sei porque ainda está além da minha experiência polissensorial o que não significa que esta experiência não poderá estar ao alcance de outros seres humanos do futuro”. Portanto, é melhor admitir que não se sabe do que manter a pretensão de que se sabe.

 Dadas essas considerações, o entendimento mais acertado que se pode chegar é que há conclusões racionalistas baseadas em fatores empíricos mas que extrapolam o empirismo e há conclusões racionalistas baseadas em fatores empíricos que são generalizadas sem que essas generalizações possam ser empiricamente comprovadas. Então, se quisermos reduzir a refutabilidade de uma ideologia teremos que fundamentá-la em parâmetros empíricos tão sólidos e evidentes que façam com que qualquer tentativa em refutá-la seja imediatamente refutada.

 O primeiro parâmetro a ser estabelecido refere-se ao reconhecimento universal da condição inata (já mencionada) de autopertencimento ou autopossessão que certamente é algo que nenhum ser humano, cuja capacidade mental esteja de acordo com o padrão de nossa espécie, deseja renunciar.

 Considerando esse parâmetro obtemos uma base suficientemente sólida para deduzir quais são os direitos e deveres dos cidadãos na sociedade e quais são as leis necessárias para regulamentar nossas interações e interesses. É deduzível, por exemplo que, para que se possa garantir o que foi dito, todos devem ter o direito à inviolabilidade corporal. Entretanto é deduzível também, com base na história da própria humanidade, que a cientificação de determinado direito não é suficiente para dissuadir o sujeito de infringir o direito alheio. Tal dissuasão só é alcançada através da cientificação da punição que só é efetiva quando se baseia em leis talionares que, por sua vez, representam a regulamentação social de nossas inclinações naturais ao revide.

 Provavelmente o que levou muitos povos ao abandono da justiça talionar, foram os excessos cometidos e que fogem à proposta inicial de se restituir de forma equitativa ao prejudicador o dano causado ao prejudicado. Países muçulmanos costumam aplicar o talionato de uma maneira que considero injusta e descriteriosa. Cortar a mão de quem rouba nem sempre é um exemplo de reparação justa do prejuízo pois quando o roubo é de produtos que visam manter a própria propriedade corporal, ele não é tão condenável quanto o roubo decorrente da ganância, da cobiça e da corrupção. Então para seguir à risca o princípio talionar e evitar excessos quem rouba deveria ter como penalidade o trabalho para poder comprar e restituir aquilo que foi roubado e que se, por acaso, fosse dinheiro deveria ser restituído com juros. Somente nos casos onde o trabalho do indivíduo não fosse suficiente para promover a restituição daquilo que foi roubado é que se deveria aplicar uma penalidade mais grave como as mutilações, incapacitações ou até a pena de morte já que a propriedade corporal é um bem que todos nós possuímos e cujo valor é capaz de saldar qualquer dívida por ser um bem insubstituível, intransferível e incompartilhável.

 Como vemos, o talionato quando corretamente aplicado e regulamentado mostra-se como o sistema de justiça mais justo e eficiente porque se baseia na inegabilidade e suficiência fáticas de nossa predisposição inata ao revide que afinal é uma reação abrupta de nossa organoconsciência similar à que temos quando encostamos em uma superfície muito quente.

 Os racionalistas, infelizmente, quase que suprimiram o talionato em todo o Ocidente ao transformarem a justiça em produto mercantil que só tem contribuído para estimular a malevolência humana. Aliás, é oportuno dizer que todo embate existente no mundo entre direitistas e esquerdistas sejam da política, da religião ou mesmo da ciência, nada mais é do que um embate entre racionalistas da direita e da esquerda que em função de um sistema educativo que prioriza a raciocinação em detrimento da experiência contínua e multissensorial se afastaram da compreensão dos parâmetros constitutivos naturais da nossa espécie.

 Na verdade o nosso intelecto se assemelha aos instrumentos que criamos para medir, pesar, observar, calcular, analisar, etc., pois da mesma forma que esses instrumentos precisam ser regulados por outros instrumentos padrões para não perderem a precisão, nosso intelecto também precisa ser regulado pelos parâmetros constitutivos antropométricos e biológicos presentes em nossa espécie para não dar margem às anomalias racionalistas , quando se trata das ciências humanas.

 Um exemplo bem recente desse tipo de anomalia é a teoria da neutralidade de gênero proposta pelo psicólogo John Money que afirma que o gênero não passa de uma construção social a partir da diferença biológica e que, infelizmente, acabou se convertendo em ideologia de gênero em países europeus como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, França, dentre outros. Obviamente o enquadramento dessa ideologia como uma anormalidade racionalista se deve ao fato de que ela negligencia parâmetros genéticos inatos que definem a tipicidade comportamental do macho e da fêmea não só na espécie humana como também dos outros mamíferos e os substitui por um estado mental que é incutido desde cedo pela educação. Inclusive a tentativa experimental do Dr. John Money com os gêmeos Brian e Bruce Reimer resultou em fracasso total com o suicídio de ambos.

 Informar as crianças sobre a existência de apenas dois sexos em nossa espécie não é doutrinamento ou preconceito mas apenas uma forma de expressar em linguagem esse padrão constitutivo da nossa espécie que os seus sentido visuais já captaram. Mesmo nos casos de ambiguidade genital (hermafroditismo) sempre há essa distinção, pois todas as pessoas que apresentam um cromossomo y são do sexo masculino não importando se é xxy enquanto que as que apresentam apenas o cromossomo x mesmo que seja um único x são do sexo feminino 3. Isso significa que as demais variações como o homossexualismo, lesbianismo, transsexualismo, bissexualismo, etc. devem ser entendidas como características comportamentais derivadas de estados mentais produzidos pelo ambiente social, pelo costume ou pela doutrinação e que só deveriam ser colocadas em prática após a completa maturidade sexual e autonomia quando se trata de mudança de sexo.

 Alguns cientistas racionalistas modernos estão tentando encontrar os genes da homossexualidade para dar um embasamento biológico a este tipo de comportamento o que, a meu ver, representa apenas um mau uso da ciência para se atingir propósitos ideológicos (como fizeram os nazistas com a Frenologia) haja visto que micro fatores biológicos como os genes só podem ter relação com modalidades comportamentais quando dão origem a características fisiológicas ou a órgãos específicos. A presença do cromossomo y, por exemplo, dá origem ao pênis que é o órgão sexual que diferencia a masculinidade da feminilidade. No entanto não há um órgão específico da homossexualidade que justifique a busca por um gene da homossexualidade.

 Os parâmetros da nossa espécie também nos fornecem um embasamento sólido para criminalizar a pedofilia e a zoofilia. No primeiro caso vemos que a criança, apesar de sua condição inata de auto pertencimento, não dispõe da autonomia e nem dos caracteres sexuais secundários que são os parâmetros constitutivos de nossa espécie que podem capacitá-la devidamente para copular e reproduzir. No segundo caso o parâmetro é a impossibilidade reprodutiva e o risco de se adquirir doenças de outras espécies que poderiam ser transmitidas para as propriedades corporais de outras pessoas que, cientes ou não do comportamento do parceiro, tivessem se envolvido com o mesmo. Alastrando-se essas doenças compromete-se a saúde da população que é o organismo social o que está aquém dos interesses dos indivíduos que são as células da sociedade.

 Por maior que seja o embasamento empírico de determinadas ideias, elas sempre irão necessitar de algo que concorra para a sua realização porque é quase impossível mudar o estado mental de pessoas de baixa capacidade crítica que foram condicionadas a pensar de determinado modo desde cedo. Quando esse modo de pensar tem o respaldo da maioria ou da comunidade à qual se pertence e se lhes têm trazido vantagens e benefícios ao longo da vida, inibe-se ainda mais a necessidade de se desenvolver o pensamento crítico. É por isso que tais ideias precisam ser disseminadas pelo Estado e sempre visando as novas gerações.

1. Neologismo que emprego para descrever o campo de estudos que têm a finalidade de submeter o intelecto aos parâmetros constitutivos, antropométricos e biológicos, presentes na nossa espécie para proporcionar um embasamento empírico às leis, à ética e à moral enquanto no estado social.
2. Segundo o conceituado geneticista Eric Vilain da Universidade da Califórnia em entrevista à Scientific American Brazil. Agosto de 2007.
3. Fundamentación de la Metafisica de las costumbres – Immanuel Kant – Editorial Porrúa – S.A. pg. 45.